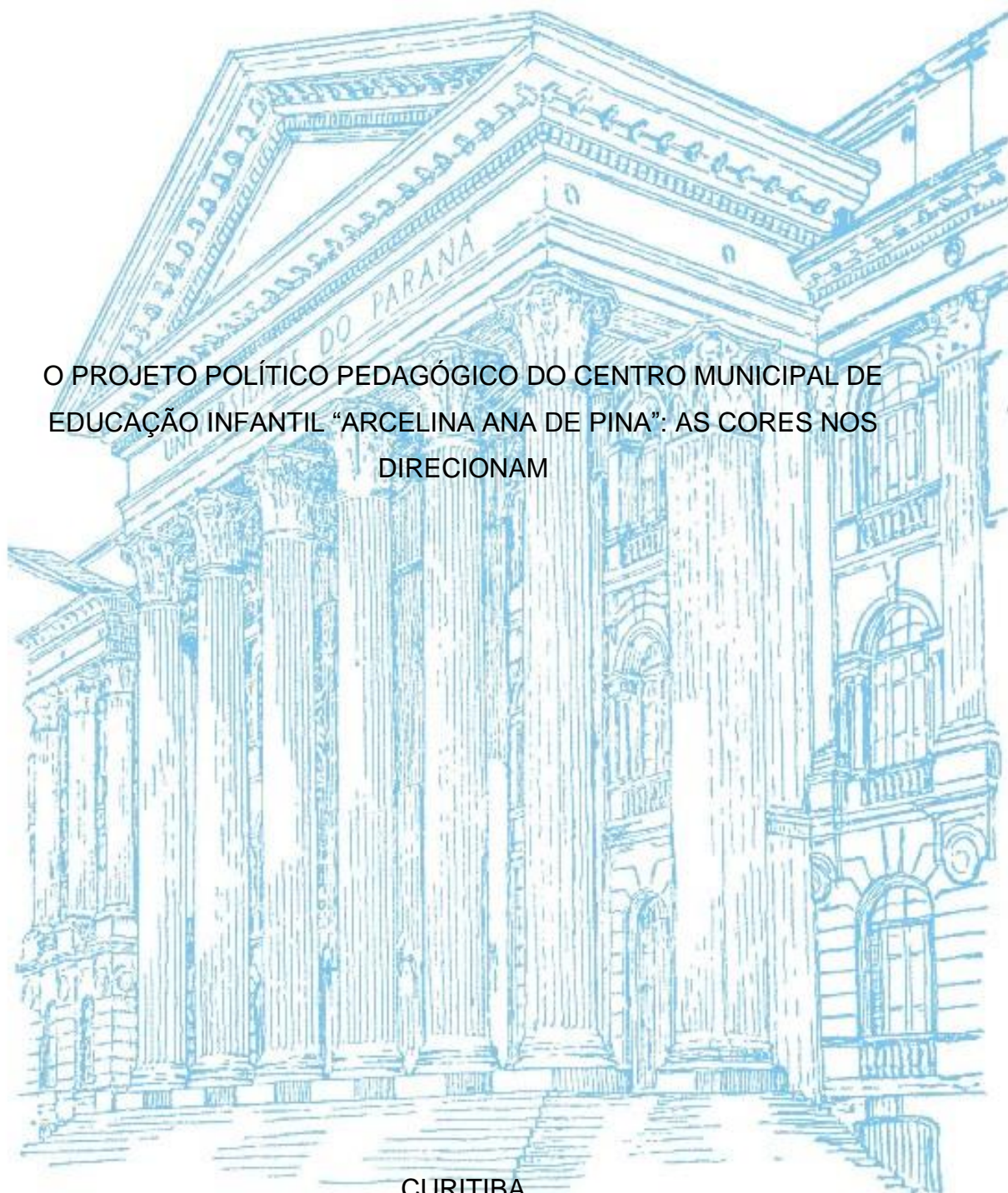


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

PAULA DA SILVA INÁCIO PEREIRA

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO INFANTIL “ARCELINA ANA DE PINA”: AS CORES NOS
DIRECIONAM



CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

PAULA DA SILVA INÁCIO PEREIRA

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO INFANTIL “ARCELINA ANA DE PINA”: AS CORES NOS
DIRECIONAM

Trabalho apresentado como requisito à
obtenção do grau de especialista no Curso de
Especialização em Coordenação Pedagógica,
Setor de Educação, Universidade Federal do
Paraná.

Orientador (a): Profº Dr. Aparecida Barbosa

CURITIBA
2016

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL “ARCELINA ANA DE PINA”: AS CORES NOS DIRECIONAM

PEREIRA, Paula da Silva Inácio*

RESUMO

O presente estudo objetiva descrever uma nova configuração que o Centro Municipal de Educação Infantil “Arcelina Ana de Pina” encontrou para a rotina na Educação Infantil, apresentar a dinâmica de rodízio por espaços ambientalizados e analisar a reformulação do seu Projeto Político Pedagógico. E principalmente, apontar a autonomia adquirida no processo de construção coletiva resultando em ações e práticas muito específicas da comunidade caiçara a qual pertence e apresentar a formação continuada em serviço como um grande alicerce no fortalecimento do grupo e encorajamento dos docentes na garantia de desenvolver um trabalho com mais qualidade para as crianças. A metodologia para a pesquisa é um estudo de caso, sendo os sujeitos: dez docentes, duas estagiárias, três funcionárias e aproximadamente trinta pais de alunos. Os instrumentos utilizados para o levantamento de dados foram os depoimentos das profissionais (áudios e escritos) e a pesquisa com os pais (Avaliação Institucional). Os resultados obtidos revelaram que num período de três anos as mudanças se deram numa perspectiva a um novo olhar e dinâmica para a Educação Infantil, respeitando a peculiaridade da criança, valorizar o espaço e o resgate da cultura caiçara. A autonomia construída coletivamente, a ousadia com o rodízio entre os espaços e a possibilidade de ouvir os seus sujeitos: profissionais, famílias e não menos as crianças, pode-se construir uma proposta que rompe com prática tradicionais e mediante os posicionamentos, resignificar suas práticas.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico – Autonomia – Construção Coletiva

*Artigo produzido pela aluna Paula da Silva Inácio Pereira do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Aparecida Barbosa. E-mail: palainacio7@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

As instituições educacionais a partir da Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei Nº 9394/96 passaram a garantir a autonomia na construção de suas Propostas Pedagógicas e a gestão democrática como princípio.

O presente estudo objetiva descrever uma nova configuração que o Centro Municipal de Educação Infantil “Arcelina Ana de Pina” encontrou para a rotina na Educação Infantil, apresentar a dinâmica de rodízio por espaços ambientalizados e analisar a reformulação do seu Projeto Político Pedagógico.

E principalmente, apontar a autonomia adquirida no processo de construção coletiva resultando em ações e práticas muito específicas da comunidade caíçara a qual pertence e apresentar a formação continuada em serviço como um grande alicerce no fortalecimento do grupo e encorajamento dos docentes na garantia de desenvolver um trabalho com mais qualidade para as crianças.

A revisão de literatura apresenta conceitos norteadores como: PPP, autonomia e construção coletiva, gestão democrática, cultura escolar e a cultura da escola. Sendo o primeiro conceito referente as matrizes teóricas das principais concepções construídas sobre a função da escola e reflexão sob as concepções na organização escolar. E a cultura da escola denomina-se por sua identidade, suas singularidades, o cotidiano da escola e os seus sujeitos.

Na especificidade da educação infantil, desenvolve os elementos norteadores da organização do trabalho pedagógico nesta etapa da educação básica, tais como: tempos, espaços e rotina na Educação Infantil. A proposta inovadora da Escola da Ponte de José Pacheco para este município e os pressupostos teóricos de Célestin Freinet inspiraram a experiência aqui relatada.

A metodologia utilizada é um estudo de caso, os sujeitos que farão parte deste estudo: dez docentes, duas estagiárias, três funcionárias e aproximadamente trinta pais de alunos. Os instrumentos utilizados para o levantamento de dados foram os depoimentos das profissionais (áudios e escritos) e a pesquisa com os pais (Avaliação Institucional).

2 A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A definição de Projeto Político Pedagógico (PPP) a partir de estudos de Vasconcellos (2014) é o plano global da instituição, podendo ser compreendido como a sistematização flexível de um processo de planejamento que se aperfeiçoa e concretiza na ação docente. É um instrumento teórico metodológico para intervenção e mudança da realidade.

É uma ação intencional e um compromisso definido a partir de um coletivo cujos resultados atuam em duas dimensões possíveis, a primeira seria política, articulando um compromisso sociopolítico voltado aos interesses da comunidade. Segundo Veiga In Resende (1998) a segunda dimensão seria a ação educativa efetivando a intenção da escola em formar cidadão, estas dimensões citadas necessitam se interligarem, pois o PPP torna-se um espaço de construção e discussão acerca da vida escolar de seus participantes. Elaborado para encontrarmos alternativas possíveis à efetivação de sua intencionalidade, o que propicia uma experiência democrática para todos os membros da comunidade escolar.

O momento em que o PPP passa a se constituir em processo decisório e democrático nas ações da instituição escolar espera-se que supere os conflitos, rompendo com a rotina arbitrária que permeia o interior das escolas. Segundo Veiga (2002), a principal possibilidade a partir do PPP passa pela autonomia da escola, na sua capacidade de delinear sua própria identidade. A busca por uma nova organização do trabalho pedagógico, parte da ousadia de educadores, pais, alunos e funcionários.

A autora aponta princípios que norteiam a escola democrática, pública e gratuita: a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, qualidade que não pode ser privilégio das minorias econômicas e sociais e a gestão democrática. Liberdade é outro princípio constitucional, associado à ideia de autonomia e a valorização do magistério é um princípio central na discussão do PPP. Cabe ressaltar que tais princípios foram estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.

A respeito da autonomia, José Pacheco ao construir o Dicionário de Valores na Educação nos conceitua “a autonomia exprime-se como produto da relação. Não existe autonomia no isolamento, mas relação EU-TU [...] que é

liberdade de experiência e de expressão dentro de um sistema de relações e de trocas sociais” (PACHECO, 2013, p. 3).

A respeito da gestão democrática, abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. E o compromisso na construção coletiva visa romper com a distinção entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre a teoria e prática.

A gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora. A busca da gestão democrática inclui, necessariamente, a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões/ações administrativo-pedagógicas ali desenvolvidas. (VEIGA, 2012, p. 3)

A construção do documento requer na estruturação no mínimo sete elementos para Veiga (2002): as finalidades, estrutura organizacional, currículo, tempo escolar, processo de decisão, relações de trabalho e avaliação.

A elaboração do currículo culturalmente, pensando numa nova postura por parte da comunidade escolar, na superação da diversidade e pluralidade, para (MOREIRA, CANDAU, 2007, p. 31) “é importante articular o aprofundamento teórico com vivências de experiências em que os/as profissionais da educação são convidados/as a se colocar “em situação” e analisar as suas próprias reações”. Ou seja, romper com o daltonismo cultural e da visão monocultural da dinâmica escolar é um processo pessoal e coletivo que exige desconstruir e desnaturalizar estereótipos e verdades preestabelecidas que impregnam e configuram a cultura escolar e a cultura da escola.

2.1 FORMAÇÃO CONTINUADA NO ESPAÇO EDUCATIVO

O caráter educativo do trabalho via a autotransformação, na medida em que transformam o mundo e se apropriam do mundo novo que se constitui, segundo Boleiz (2015), atualizando-se histórica e culturalmente. Para Freinet, essa apropriação do mundo novo, construído pelos humanos, significa sua

conquista do mundo e, para ele, “esta conquista efetua-se pelo *trabalho, que é a atividade pela qual o indivíduo satisfaz as suas grandes necessidades psicológicas e psíquicas a fim de adquirir o poder que lhe é indispensável para cumprir o seu destino*” (BOLEIZ, 2015, p. 53, grifos do autor).

O professor da educação infantil, é o sujeito integrante neste campo de profundas transformações, necessita superar sua prática, a compreensão do novo olhar a Educação Infantil, sendo primordial o planejamento de suas ações. Pois, a si está designada uma ação docente voltada à formação a humana.

Nessa mesma direção, Freire destaca que “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.” (1996, p. 43- 44). Freire defendia que “[...] formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas”. (FREIRE, 1996, p. 15).

A organização da formação inicial dos professores para a docência na Educação infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é definida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos destinados a essa formação. E a LDB 9394/96 define no seu art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (LDB, 1996, p. 20)

Em relação a formação de professores de ensino em nível médio, equivocadas interpretações da lei resultaram na diminuição da oferta destes cursos. E se discute a sua efetividade, pois ao limitar pode recair a este profissional uma menor valorização profissional e salarial no conjunto de categoria.

Outro questionamento de Monlevade (2009) subestima-se que um adolescente entre seus quinze e dezoito anos ainda não adquira maturidade para escolha profissional nem para um aprofundamento pedagógico. Além da carga horária que possibilita a organização do curso a ser desenvolvidas atividades diversas e o aprofundamento dos conteúdos trabalhados. Ainda não

existe na sociedade brasileira a oferta de ensino público que forme todos os professores em ensino superior.

A licenciatura de Pedagogia possibilita a seus ingressos atuar profissionalmente como professores e pedagogos. O Parecer CNE/CP nº: 5/2005, de 13 de dezembro de 2005 destaca propiciar por meio de investigação reflexão crítica e experiência no planejamento, execução e avaliação de atividades educativas, além de possibilitar o conhecimento da contribuição de diversas áreas do conhecimento.

A tendência atual na formação inicial de professores é a educação a distância (EaD) visando superar a desigualdade de ingresso a universidade. Passa a ser reconhecida como uma forma de trabalho colaborativo de construção do conhecimento. Regulamenta, democratiza o acesso à educação superior no país.

A formação continuada é um caminho esperançoso e necessário para as mudanças, é parte constitutiva do desenvolvimento do profissional docente, pois se exige que o profissional mantenha-se atualizado em relação aos conhecimentos produzidos pela sociedade. Para Sonia Kramer (2006) a formação dos docentes é um dos maiores desafios a serem superados na Educação Infantil, já que existem diferentes instâncias e instituições que atendem as crianças de zero a seis anos e fazem exigências distintas de formação inicial e do processo de formação.

A constante formação permite ao docente rever suas práticas, analisando sob aspectos teóricos da pedagogia e redimensionando sua ação na busca da aproximação entre teoria e prática. A equipe pedagógica-administrativa da cada instituição tem papel fundamental na formação continuada dos seus professores.

Segundo Soares (2012) cabe ao pedagogo e gestor propiciar estratégias formativas, sistemáticas e coletivas no interior de suas instituições a fim de incentivar o estudo e a pesquisa a partir da realidade escolar.

Vasconcellos (2009) insiste nos momentos de reuniões semanais, pois um encontro com os profissionais divididos por período, ciclo, num horário fixo de encontro, possibilita ao coordenador pedagógico organizar reuniões por áreas e interesses e necessidades.

A reunião semanal para Vasconcellos (2013, p. 120) “é um momento especial para o resgate do coletivo [...] A reunião é fundamental para despertar e/ou enraizar a nova postura educativa. Na medida em que possibilita a unidade entre o sujeito da ação e o da reflexão, este espaço é revolucionário”.

O autor apresenta o espaço de reflexão crítica, coletiva e constante sobre a sala de aula e a instituição, destaca alguns pontos importantes para a pauta de reunião: troca de experiências, sistematização da própria prática, resgate do saber docente, pesquisa, desenvolvimento de atitude de cooperação e corresponsabilidade, elaboração de formas de intervenção pessoais e/ou coletivas, avaliação do trabalho e replanejamento.

Em termos de estruturação, Vasconcellos (2013) acredita que seja desejável pelo menos duas horas semanais, com horário fixo, estabelecido por consenso do grupo com a participação do professor de um determinado nível e a equipe diretiva. Para que juntos enfrentem as necessidades educativas, a partir de problemas reais, o que se exige a problematização da realidade.

Enfim, os espaços e momentos de discussão quando se propicia a reflexão teoricamente fundamentada sobre a prática e o estabelecimento de relações coletivas, visa a efetivação da Proposta Pedagógica da instituição, fortalecendo assim um projeto de transformação social.

2.2 O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL “ARCELINA ANA DE PINA”

O Centro Municipal de Educação Infantil está situado na Ilha dos Valadares, na região denominada culturalmente, *7 de setembro*, região periférica de Paranaguá. E tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Paranaguá. A comunidade com características peculiares e traz resquícios da cultura caiçara.

A instituição norteia seus princípios educacionais através da LDB 9394/96 em seu artigo 2º que garante a educação, dever da família e do Estado, inspiradas nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, buscando o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania. Nas palavras de Kramer (2006, p. 799): “a educação infantil é, desde a Constituição de 1988, direito das crianças, dever do Estado e

opção da família e, desde a LDB de 1996, a primeira etapa da educação básica”.

Os respaldos legais que norteia a Educação Infantil tem como marco a Constituição Federal de 1988, ao reconhecer da criança como cidadã, designando ao Estado o dever de garantir o atendimento em creches e pré-escolas, as crianças de zero a cinco anos, tornando patente o direito das mesmas à educação. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº. 8069/1990, apresenta a criança como sujeito de direitos, bem como traz o seu artigo nº. 53:

Art. 53 [...] a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - direito de ser respeitado por seus educadores;
III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (ECA, 1990, p. 74)

E a promulgação da LDB 9394/1996, que traz em seu artigo 29, a proposta para educação infantil como a primeira etapa da educação básica. Esta lei objetiva o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, considerando seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, além da inserção da família e comunidade na participação ativa nestes estabelecimentos. A denominação estabelecida pela LDB às instituições que atenderam esta demanda se deu por creche para o atendimento das crianças de zero a três anos e pré-escola para crianças de quatro a cinco anos de idade.

O Ministério da Educação elaborou e distribuiu o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) em 1998, o qual se constituiu a primeira proposta curricular oficial designada a Educação Infantil. O documento visa atender às especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das garantidas para as crianças.

O currículo para a infância deve incluir todos os mecanismos que se oferece para a criança aprender, abrangendo conceitos, princípios, procedimentos, atitudes, os meios pelos quais a escola oferece tais

oportunidades e formas de avaliação, pois é a explicitação das intenções que permitirá a orientação da prática pedagógica.

Ao reconhecer a especificidade da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, através da Emenda Constitucional nº 59, aprovada pelo Congresso Nacional em 11 de novembro de 2009, institui a obrigatoriedade escolar para as crianças a partir de quatro anos. Fixa através das DCNEI a formação baseada no respeito aos direitos fundamentais das crianças e na formação integral orientada para as diferentes dimensões.

O artigo nº8 da DCNEI traz a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil o objetivo de garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Atualmente a proposta do Ministério da Educação é uma ampla discussão nacional entorno da construção do novo documento a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), numa ânsia de proporcionar aos sistemas educacionais, instituições, docentes um instrumento gestão pedagógica.

O documento base serve como orientador na construção do currículo das várias instituições brasileiras de educação, contemplando minimamente conteúdos divididos por Áreas de Conhecimento: na Matemática, nas Linguagens e nas Ciências da Natureza e Humanas. Esta nova legislação ainda encontra-se em discussão e reformulação para assim ser votada e efetivada.

A respeito da formação humana, a instituição acredita que o desenvolvimento humano se dá na interação com o ambiente mediada pela cultura. E estabelecem alguns princípios teóricos norteadores: a concepção de sujeito, seus processos de desenvolvimento, aprendizagem e conhecimento é pautado na Pedagogia Progressista onde a escola é condicionada pelos aspectos sociais, políticos e culturais, mas contraditoriamente existe nela um espaço que aponta a possibilidade de transformação social. Desta forma tendência Histórica Crítica defende a escola como socializadora dos conhecimentos e saberes universais, a ação educativa pressupõe uma articulação entre o ato político e o ato pedagógico.

Na educação infantil o ato de educar e cuidar são indissociáveis ao respeitar e garantir os direitos das crianças ao bem estar, a expressão, ao movimento, à segurança, à brincadeira, ao contato com a natureza e o conhecimento. A criança precisa ser vista além dos cuidados básicos de alimentação e higiene, porque ela é rica em conhecimento, cultura, criatividade e está em constante desenvolvimento. Situações cotidianas poderão transformar-se num momento educativo e lúdico na medida em que o adulto interage com a criança, estreitando-se os vínculos afetivos.

3 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

A partir da metodologia adotada neste estudo, os instrumentos utilizados para o levantamento de dados foram os depoimentos das profissionais e a pesquisa, através de conversas gravadas e com os pais os questionários que resultaram em impressões acerca das possibilidades de ruptura com as práticas tradicionais, a partir da experiência de construção coletiva.

3.1 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

O CMEI “Arcelina Ana de Pina” contempla em sua prática os princípios norteadores do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil que visam atender às especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das garantidas para as crianças se baseia em:

- o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.;
- o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão do pensamento, interação e comunicação infantil;
- o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade. (RCNEI 1998, p, 13).

A estrutura do RCNEI fundamenta-se numa organização por idades: zero a três anos e de quatro a cinco. Concretiza-se em dois âmbitos de experiências: Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo, se subdividindo nos seguintes eixos de trabalho: Identidade e autonomia, Movimento, Artes visuais, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade, e Matemática.

A direção do CMEI “Arcelina Ana de Pina” procura articular a proposta pedagógica como resultado do processo de participação coletiva da comunidade e dos segmentos que compõe a instituição, possibilitando o compartilhamento das decisões. Os momentos se dão nas reuniões do Conselho Escolar, com um calendário de uma reunião por bimestre, nas reuniões da Associação de Pais e Professores e durante a reunião semanal entre docentes.

Além da Avaliação Institucional, propiciada num ambiente de discussão com os familiares, abordando alguns pontos a serem avaliados como direção, coordenação, limpeza, refeição, afetividades, entre outros. E contribuições por escrito em mudanças que perceberam na criança após a frequência no CMEI, sugestões, elogios e críticas. Para Lück (2010) o processo dentro de um espaço educativo é dinâmico e sua cultura se caracteriza também pela incerteza de ideias ou comportamentos, interesses e tensões, dos quais podem desperdiçar e deixar boas aprendizagens sociais, se caso sejam bem resolvidos. Nos casos que solidificam e constroem culturas negativas e reativas, deixam de ser circunstância para o desenvolvimento.

O movimento em busca da construção coletiva da instituição culmina nos momentos de formação continuada em serviço para os docentes, as reuniões semanais toda segunda-feira. O encontro durante os três anos de sua existência já teve formatos diferenciados, mudados a partir da necessidade e avaliação das profissionais. No primeiro ano dedicou-se a construir o PPP da instituição, com leituras, estudos e sua elaboração. No segundo ano a pedagoga propôs que cada profissional trouxesse uma leitura e a construção do planejamento semanal para cada turma, como uma espécie de oficina. Neste terceiro ano o planejamento coletivo é apresentado antecipadamente a cada quarta-feira à pedagoga, para que a profissional faça suas contribuições e apontamentos. E assim, repassado ao grupo, mantendo uma semana de

responsabilidade de uma educadora (Creche e Pré Escola). E na reunião a colega que socializa com as demais, além do repasse da agenda para a semana, decisões a serem tomadas, apontamentos e a leitura de cada docente, estabelecida por um cronograma com temas por bimestre.

QUADRO 1: TEMAS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO

1º Bimestre	Limites, concentração, como supramos a fase de adaptação?
2º Bimestre	Vamos professor e criança brincarmos todos juntos: Interações nos momentos de brincadeira.
3º Bimestre	Nossos espaços (salas) vamos revitalizá-los ou repensá-los: Quais novas possibilidades podemos agregar
4º Bimestre	O que avaliar na Educação Infantil: Avaliação do trabalho pedagógico, Institucional e da Criança.

O horário para reuniões e outras atividades que propiciem a formação continuada dos profissionais, sem prejuízo das atividades com as crianças são definidas a partir de um calendário, que estabelece também a hora atividade de cada profissional.¹

A organização de grupos de crianças indica-se a seguinte relação adulto/criança, segundo o respaldo em seu Art. 19, estabelecidas pela Deliberação nº. 03/2009 aprovada em 20 de novembro de 2011 e o Parecer anexo nº. 03/2009 aprovado no mesmo dia em que estabelece as normas para a Educação Infantil do Sistema Municipal de ensino de Paranaguá/PR, enfatiza-se que estes são os primeiros documentos legais que amparam a educação infantil no município.

III – Maternal II: criança de 03 anos completos – 01 profissional até 12 crianças;

IV – Pré I: criança de quatro anos completos - 01 profissional até 20

A participação dos profissionais em momentos de estudo, discutindo sobre as políticas sobre a infância e cursos ofertados pela Secretaria Municipal de Educação. Os espaços para formação são essenciais a prática pedagógica dos professores, afinal deve-se a estes a mudança uma nova forma de articular

¹ Segundo a lei 11.738/2008, no seu art. 2º, que estabeleceu o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica, na composição da jornada de trabalho deve-se observar o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos. Logo, 1/3 da jornada será dedicado à preparação de aulas e às demais atividades fora da sala.

com as crianças e compreender as especificidades que a cercam a educação infantil.

No que diz respeito ao regime de funcionamento, a partir do ano de 2013, devido controvérsias no momento de organização da tabela de idade por turmas decorrente ao corte etário, o número de crianças matriculadas foi superior que o disponível. Para atender a demanda de novas matrículas já realizadas, optamos pelo período parcial de quatro horas, em comum acordo com pais em reunião.

E a partir da parcialização dos períodos, no qual tinha quatro salas e quatro turmas surge o encorajamento para implantar uma nova proposta de rodízio de turmas nos ambientes. A ideia foi amadurecendo decorrente a duas inspirações: a primeira seria a Escola da Ponte de Portugal, momento em que ouvimos José Pacheco que afirmava com muita convicção que não há receita e uma teoria única. E sim, volte-se para onde está e sua realidade e a transforme num espaço de mais qualidade para a educação, “Não é clonagem, as escolas não são réplicas, mas se inspiraram na Ponte, e cada uma faz um melhor trabalho do que fazia antes, mudando sua forma de trabalhar”, (PACHECO, 2013).

A segunda inspiração foi o professor Flávio Boleiz que participou de um Conselho de Classe e relatou sua pesquisa sobre Freinet, as aulas passeios e os espaços ambientalizados.

A noção de trabalho, como atividade humana, que transcende a Natureza e que, com seu caráter social, efetiva a condição do humano enquanto ser plural, ao mesmo tempo em que outorga a condição de humanidade àqueles que o realizam em suas atividades transformadoras do mundo. (BOLEIZ, 2013, p. 61).

Diante disso, no ano de 2014 com a parceria dos pais, as professoras decidiam revitalizar as salas de aula e o espaço interno. Cada sala foi pintada de uma cor: Rosa, Roxa, Verde e Laranja. E definimos que as quatro salas de aulas seriam divididas por materiais. As salas (rosa e verde) ficariam disponíveis para as peças de espumados em diferentes formas geométricas e cores com a finalidade do desenvolvimento psicomotor da criança. Além de possibilitar um espaço e tempo para que a criança simplesmente brinque e se permita imaginar. As outras duas salas (laranja e lilás) estariam dispostas com

mesas e carteiras para que as crianças possam utilizar as apostilas ou qualquer material gráfico.

A denominação dos espaços se definiu, segundo Cartaxo (2011):

- **Sala Rosa - Espaço do Faz de Conta** com brinquedos e materiais que desperte a imaginação e a brincadeira das crianças. Afinal, entendemos que a brincadeira é um componente socialmente construído. Neste local as crianças desenvolvem também atividades em espumados para desenvolvimento da psicomotricidade.
- **Sala Laranja - Espaço para Expressão Gráfica:** oferecendo a criança diferentes suportes para a expressão com tinta, lápis, giz e materiais para colagem, recortes e modelagens.
- **Sala Lilás - Ambiente de Leitura:** com as disponibilidades de variados suportes textuais (livro de literatura infantil, revistas, gibis).
- **Sala Verde - Ambiente para jogar:** disponibilizando recurso com brinquedos como quebra cabeça, jogo da memória e jogo de percurso.

A organização dos espaços e tempo se define por duas horas em cada turma permanecer em uma sala, permitindo em alguns momentos, dentro de uma organização coletiva e parceira uma flexibilização no tempo. Considerando que o tempo da duração das atividades algumas vezes ultrapassa às duas horas, alternância e a variação dos conteúdos das atividades são respeitadas o tempo da criança, seus interesses e escolhas individuais.

Ou seja, a criança por dia fica em uma sala sem mesas por duas horas e nas outras horas restante em sala com mesa. Porém, há alternância na ordem, como exemplo, a tabela a seguir:

QUADRO 2: RODÍZIO MATUTINO

TURMAS	MAT. II A	MAT. II B	PRÉ I A	PRÉ I B
Segunda	Rosa Lilás	Verde Laranja	Lilás Rosa	Laranja Verde
Terça	Laranja Verde	Lilás Rosa	Verde Laranja	Rosa Lilás
Quarta	Lilás Rosa	Laranja Verde	Rosa Lilás	Verde Laranja
Quinta	Verde	Rosa	Laranja	Lilás

	Laranja	Lilás	Verde	Rosa
Sexta	Rosa Lilás	Verde Laranja	Lilás Rosa	Laranja Verde

As crianças passam a maior parte do dia em suas salas, porém procura-se introduzir atividades ao ar livre, as levando em um campo de futebol ao lado do CMEI, pelo menos uma vez por semana, pois depende da situação climática. Além dos piqueniques com a colaboração da família, oportunizando para as brincadeiras ao ar livre.

Em datas comemorativas como Dia das Mães, Pais, Crianças realizar um passeio turístico com as crianças e famílias, pensando na valorização do espaço, cultura e possibilitar nova oportunidade às famílias. As quais já conheceram o Aquário Municipal de Paranaguá, Ilha do Mel, Zoológico Municipal de Curitiba e Beto Carreiro World.

3.2 DIÁLOGOS COM A COMUNIDADE ESCOLAR

As entrevistas realizadas possibilitaram a coleta de dados a partir dos depoimentos gravados durante os momentos de formações continuada dentro do espaço educativo. Estes espaços visaram desde sua origem, a superação pela descoberta de como fazer e registrar a prática pedagógica e a formação política dos docentes.

A diretora destacou que a organização antecipada é primordial para atingir a qualidade, no entanto ainda encontra-se algumas dificuldades. Porém a assimilação está sendo conquistada e garantido a segurança das docentes.

Segundo educadora R: “Os planos de aula já estão sendo feitos sem muita dificuldade por parte das educadoras que estão buscando a cada dia mais melhorar, tendo os devidos repasses a cada reunião”. E ainda “As leituras realizadas por nós educadoras, na reunião semanal, tornou-se uma parte instigante pois contribui com nossa progressão intelectual levando todos a estarem num nível comum.”

Para (Veiga, 2014, p.330) “Pensar na formação como processo pessoal e como uma integração de um processo coletivo pressupõe a organização de

um currículo integrado permitindo a efetiva integração entre ensino e prática profissional docente”.

A formação incentiva a busca pela pesquisa, as docentes destacaram a importância e o respeito quando uma colega está fazendo a leitura, afinal dedicou-se na busca. Bem como destacou uma educadora R: “antigamente em reuniões e conselhos ninguém falava, hoje comentamos e apresentamos nossas opiniões. Quando cheguei aqui, tinha colega que nem li ou falava, hoje percebo grandes mudança”. E completando outra docente J afirma “mas isso é garantia porque vocês me dão segurança. Agora sinto que posso contar com minhas colegas e gestoras”.

As questões sobre formação para além do ambiente escolar onde se tem oficinas e palestras, também são trazidas para as reuniões com enfoques aos principais pontos observados. Bem como cita a educadora R:

Iniciamos o 2º Bimestre com muitas informações e troca de experiências, pois além das capacitações na SEMEDI, alguns profissionais se disponibilizaram a irem nas palestras na UFPR-Litoral, Fórum do colégio Diocesanos Leão XIII, no SESC com o palestrante Marcos Mayer e grupo Meu Clown. Todos os eventos bastantes relevantes para nosso contexto educacional, vindo a acrescentar as nossas formações no CMEI. Sempre que há novos conhecimentos adquiridos, eles são compartilhados.

A educadora M afirmou a sua negação pessoal pelo estudo e leitura, porém percebeu a necessidade para retomar os estudos. Fato este que configurou-se na nova estatística entre os docentes, do grupo de oito profissionais uma já tem a formação em ensino superior, cinco cursando pedagogia e apenas duas ainda com a formação em ensino médio. Quando se discutiu a respeito da mudança, percebe-se a alegria e o orgulho de poder estar acompanhado as leituras e reconhecendo teóricos citados como fundamentais na história da educação.

Uma questão criticada por quatro educadoras no momento das reuniões seria a possibilidade de uma secretária, pois a pedagoga sobrecarrega-se com fazeres administrativos, com destaque nas palavras da educadora A: “As nossas reuniões podiam ser melhores se nós tivéssemos uma sala adequada, e uma secretária para que a nossa pedagoga não pudesse e certos momentos se ausentar para resolver situações de secretaria”.

E ainda:

Nesse bimestre as reuniões pedagógicas tendo sido feitas as sextas-feiras, mas como sempre cai em feriados ou atividades extraclasse ficamos algumas semanas sem as reuniões sentimos falta, pois é fundamental para que nós possamos aprender de maneira competente e desempenhar bem as atividades que é proposta para a semana, nós sugerimos a nossa pedagoga que fosse trocada e ela aceitou, agora nossa reunião pedagógica fica todas as segundas feiras.

O horizonte que Vasconcellos (2012) vislumbra para o coordenador pedagógico é o do intelectual orgânico, aquele sujeito atento à realidade escolar, competente para localizar os temas geradores (questões, contradições, necessidades, desejos) do grupo, organizá-los e devolvê-los como um desafio para o coletivo, ajudando na tomada de consciência e na busca conjunta de formas de enfrentamento. O intelectual orgânico é aquele que tem um projeto assumido conscientemente e, pautado nele, é capaz de despertar, de mobilizar as pessoas para a mudança e fazer junto o percurso.

A respeito do fortalecimento do grupo destacaram dois momentos, o primeiro quando o grupo passou a ser composto apenas por educadores, pois assim todas são iguais, carga horária, atribuições e o olhar não apenas como assistencialista, o cuidar. As educadoras destacaram sentirem-se diferenciadas, pois nas reuniões não sentiam-se a vontade para apresentarem suas opiniões. Segundo educadora MR: “Nossa semana ficou muito organizada, pois sabemos o que vamos trabalhar, tiramos nossas dúvidas com as colegas e pedimos sempre ajuda dos materiais, uma passa para outra”. Para Vasconcellos (2009) a reunião semanal é um espaço rico para a socialização e no momento de planejamento há a possibilidade de reservar um momento para sanar as dúvidas, angústias, impressões que um professor vivencia.

O segundo momento seria partir das avaliações que a instituição efetivou a Avaliação Institucional Interna, quando cada profissional pode escrever sobre o que considerava sobre a direção, coordenação, docentes, serventes e merendeira com pontos positivos e outros nem tantos. A partir deste momento começaram a se encorajar e fortalecer, o respeito e a ética em ouvir a necessidade da mudança e tentar superar as dificuldades. E neste aspecto a qualidade atingiu diretamente a criança em sala de aula, pois

compreendem-se que a criança é o centro e todos os profissionais são responsáveis por elas.

A educadora N destacou:

Já passei por quatro instituições de educação infantil, e nenhuma é igual a esta na questão do respeito e em dividir as coisas, desde materiais, alunos e alimentos. Aqui tudo é dividido e há muito respeito, mesmo quando precisamos ouvir que temos que mudar é feito sempre com muito respeito. Sendo que hoje nem precisamos mais escrever, em reunião apenas falamos.

Ainda a respeito sobre avaliação a educadora MI destaca:

Tivemos momentos de avaliação das atividades, os pontos positivos e os quais precisamos melhorar, como por exemplo o cuidado no que falar perto das cças [...] Sabemos que sempre fica alguma proposta para concluir ou dar continuidade, assim como deve ser a nossa profissão como educadora, um aprendizado que nunca termina mas é contínuo e permanente.

O outro momento foi a Avaliação Institucional ao ouvir as crianças, através do que elas falam aos pais em casa sobre o CMEI, colegas e lanche foi registrado pelos adultos: Família 6: “Ele diz macinha para o CMEI e adora os colegas, na saída da tchau para todo mundo”. Família 7: “ Por eles iam todos os dias para o CMEI e gostam mais do lanche quando é *iuguerte*² Família 4: “Ela só não gosta quando é peixe, mas gosta de pão de goiabada e sopa”.

Quanto aos familiares, os pais são ouvidos através de um documento entregue e apresentam alguns posicionamentos por escrito, pois como disse uma educadora R há necessidade do contato com as famílias: “Precisávamos de um espaço para conversar com os pais e quando a gestão resolve as situações com as famílias com a nossa presença reafirma a segurança na postura de professor e profissional”.

A respeito dos posicionamentos dos pais, foi possível coletar algumas sugestões que os pais destacaram: Família 1: “tratar eles como crianças, não como adulto que ele só tem 4 anos”. Família 2: “Todos podiam doar alguma coisa para a pechincha ou gincana na escolinha para arrecadar fundos a escola melhorias nunca é demais quando preciso fazer um mutirão para a limpeza ou o que for necessário”.

Nos comentários gerais, nota-se o envolvimento dos familiares: Família 5 agradece: “Que dom de vocês é muito bom! Sejam sempre assim. Pos as

² A grafia corresponde integralmente como documento foi redigido pelas famílias, assim não há prejuízo em apresentar a grafia correta em algumas citações.

crianças precisam de pessoas como vocês. Deus abençoe a todas... Assim podemos trabalhar bem sossegadas pois os nossos filhos estão bem cuidados...”.

Em outro estudo referente ao CMEI “Arcelina Ana de Pina” Fagundes afirma ao analisar os documentos regulatórios da instituição que:

Nesse movimento de constituição de um espaço de resistência o CMEI Arcelina Ana Pina, da Ilha dos Valadares, foi construindo um PPP e ações decorrentes dele, que além de resistirem e se subordinarem aos atos regulatórios, aproveitaram os não ditos para rupturarem com o instituído. Desenvolvem e operam também o cognitivo-instrumental, porém baseados em outra racionalidade, a de natureza ético-social. FAGUNDES (2015, p. 36).

E o autor completa finalizando seu estudo afirmando que a demanda ocasionada pelos documentos regulatórios que orientam o trabalho pedagógico associado a realidade da escola e comunidade, teve um equacionamento brilhante, pois pelo engajamento coletivo de seus sujeitos e comunidade, reafirmou suas intencionalidades políticas e pedagógicas e os fortaleceu para transgredir com instituído global e reafirmar suas ações e convicções locais, reinventando a formação em uma perspectiva emancipatória de e com todos seus sujeitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a movimentação que a instituição vivenciou nestes três últimos anos de mudança, focada em um novo olhar e uma nova dinâmica na Educação Infantil, visa além de respeitar a peculiaridade da criança, valorizar o espaço e resgatar a cultura caipara.

O início do trabalho parte da reconstrução de sua proposta pedagógica, o PPP, e quando a instituição se encoraja com a participação das famílias num momento decisório, buscando superar o conflito (espaço e precariedade de espaço físico) para realizar a pintura das paredes externas e salas rompendo com a rotina proposta pela Secretaria de Educação. Neste momento evidencia-se a autonomia que a instituição construiu coletivamente.

A ousadia sobressai a partir do momento que diante de sua realidade e possibilidades na questão de regime de funcionamento propõe que cada turma

faça um rodízio entre os espaços ambientalizados, com materiais diferenciados, proposta única em todo município. Além dos projetos que veio a desenvolver como o Fandango, Paranaguá e suas histórias, O dia na Praça, os Passeios turísticos com as famílias.

A formação continuada em serviço foi o espaço que fortaleceu o grupo, tanto na questão de reafirmação e segurança na execução do trabalho docente. E na gestão, ao se definirem como uma gestão democrática participativa, ao possibilitar apresentar a cada segunda feira a agenda da semana e assim serem tomadas as decisões coletiva. Acreditar que ouvir os participantes: profissionais, pais, comunidade e não menos as crianças, podemos construir uma proposta que rompe com as práticas tradicionais, a partir da experiência de construção coletiva.

Enfim, a partir do momento que a organização passa vista como responsabilidade e não mais imposição, e que todos os espaços são de todos e merecem os mesmos cuidados, fazendo um rodízio de salas e professores auxiliares por bimestre efetiva-se um novo modelo para se pensar na Educação Infantil. No entanto, necessita-se de mais estudos e aprofundamentos nas práticas e ações desenvolvidas na instituição que busca na sua rotina se permitirem serem impulsionados pelas cores, pela alegria das crianças e por sua autonomia.

REFERÊNCIAS

BOLEIZ, F. Jr. **Trabalho e práxis e sua relação com as pedagogias de Célestin Freinet e de Paulo Freire.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 1, p. 49-62, jan./mar. 2015. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022015011744>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 out. 1988.

_____. **LEI Nº 8069.** Edição Comemorativa 2010: Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislação Complementar para a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes / Coordenação. Curitiba: Secretaria do Estado da Criança e da Juventude, 2010.

_____. **LEI Nº 9394.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**/Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARTAXO. S. R. M. **Pressupostos da educação infantil**. Curitiba: Ibpex, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KRAMER. S. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação infantil e/é fundamental**. *Educ. Soc.* Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial p. 797-818, out. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 01 jun. 2012.

MONLEVADE, J. A. C. **Normal de nível médio: atual e prioritário, até quando?** Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior, 2009. Disponível em: <http://www.andifes.org.r/index.php?option=com_content&view=article&id=2462%3Anormal-de-nivel-medio-atual-e-proprietario-ate-quando-artigo-de-joao-antonio-c-de-monlevade&catid=50&Itemid=100017>. Acesso em: 23. Fev. 2011.

MOREIRA, F. M; CANDAU, V. M. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

PACHECO, J. Entrevista com José Pacheco, da Escola da Ponte: “O professor deve ser um mediador de conhecimentos”. **Revista Fórum**, 2013. Disponível em:< <http://www.revistaforum.com.br/2013/07/31/entrevista-com-jose-pacheco-da-escola-da-ponte-o-professor-deve-ser-um-mediador-de-conhecimentos/>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

_____. **Dicionário de valores em educação**, 2013. Disponível em:< http://porvir.org/wp-content/uploads/2013/09/Dicionrio_de_valores_em_Educao-1.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2016.

PARANAGUÁ, DELIBERAÇÃO N.º03/2009 E PARECER ANEXO N.º. 03/2009. Regulamenta as normas para a Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá/PR, para a Autorização de Funcionamento, de Renovação da Autorização de Funcionamento e de Cessação das Atividades Escolares. Conselho Municipal de Educação de Paranaguá. Paranaguá, PR, 20 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/comed/DEL%20COMED%200>>. Acesso em: 26 out. 2012.

PIMENTA, S. G; GHEDIN, E. **Formação de professores:** tendências atuais. São Carlos: EdUFScar, 1996.

SOARES, M. A. S. **O pedagogo e a organização do trabalho pedagógico.** Curitiba: Ibpex, 2012.

VASCONCELOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto-político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 15° ed. São Paulo: Libertad Editora, 2013.

_____. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto políticos pedagógicos. 24° ed. São Paulo: Libertad Editora, 2014.

_____. Celso Vasconcellos: o coordenador pedagógico deve estar sempre atento à realidade escolar. **Sala dos Coordenadores pedagógicos.** Disponível em: < <http://saladecoordenadoresaraguaia.blogspot.com.br/2012/02/o-papel-do-coordenador-pedagogico-na.html>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

VEIGA, I. P. A.(org) **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. 14a edição Papirus, 2002.

_____. RESENDE, L. M. G. **Escola:** espaço do projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.